



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO A GUILHADEZES (MÓ DA LOMBA/FONTÃO COVO)” ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL MARTINS & FILHOS, S.A., DE BARCELOS [PO 199/2017] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **16 de junho de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro,, e de harmonia com as deliberações da Câmara Municipal de 24 de maio de 2017, que autorizou a celebração do contrato, e de 12 de Junho de 2017 que aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Artur da Cunha Martins, casado, natural da extinta freguesia de Alheira, atualmente União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova, concelho de Barcelos, onde reside na Rua do Rugem, nº 233, que outorga na qualidade de **Administrador, com poderes para este ato, em representação da sociedade anónima, que usa a firma “MARTINS & FILHOS, SA.”**, com sede na Estrada de Santa Marinha de Alheira, nº 2745, da mesma União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova, registada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **500 968 764**, com o capital social de € 1.500.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o presente contrato que se regula pelas seguintes cláusulas: -----

----- Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião ordinária de **24 de maio de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Concurso Público, nos termos

do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada dos segundos outorgantes, doravante designado por CCP, a empreitada de **"AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO A GUILHADEZES (MÓ DA LOMBA/FONTÃO COVO)"**. -----

Pela referida deliberação de 12 de junho de 2017 a Câmara Municipal aprovou a respetiva minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de € 204.762,44 (duzentos e quatro mil setecentos e sessenta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos), a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de € 12.285,75 (doze mil duzentos e oitenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos). -----

----- Terceira -----

A empreitada tem por objecto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **240 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respectivos pagamentos efectuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- Sexta -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP.-----

----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efectuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 21 – Redes de abastecimento de água e de águas residuais.** -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respetiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 02** – Sistemas de drenagem de águas residuais. -----

Classificação Funcional – **24301.** -----

----- **Décima** -----

Os encargos financeiros emergentes do presente contrato de empreitada serão repartidos em conformidade com o Plano Plurianual de Investimentos, devidamente aprovado pela Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, em **23 de novembro de 2016**, e de acordo com o plano de pagamentos apresentado pela adjudicatária, tendo em conta o prazo de execução da empreitada, da seguinte forma, IVA incluído à taxa legal em vigor: -----

- No ano de 2017 – € 155.053,82; -----

- No ano de 2018 – € 61.994,37 -----

----- **Décima Primeira** -----

Pela adjudicatária foi apresentada a Garantia bancária n.º **N00403882**, emitida em 31 de maio de 2017 pelo Novo Banco, SA, do valor de € **20.476,24** (vinte mil quatrocentos e setenta seis euros e vinte e quatro cêntimos) correspondente a 10 % do preço contratual (por ser considerado preço anormalmente baixo), que fica arquivada com o presente contrato, e válida até à receção definitiva da empreitada, sem prejuízo da aplicação do regime de liberação da caução previsto no CCP. -----

----- **Décima Segunda** -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

----- **Décima Terceira** -----

1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; ----
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----
- c) O caderno de encargos; -----
- d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Quarta** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

----- Décima Quinta -----


O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

----- Décima Sexta -----

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **19-05-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Barcelos, em **19-05-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de construção nº 1523-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 7603-6120-4380, subscrita em 01-12-2014 e válida até **01-12-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, António Carlos Reis Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


António Carlos Reis



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº 65/029/2017.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº 28/2017



